

Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória

Marly Rodrigues*

Industrial Heritage, between fetish and memory

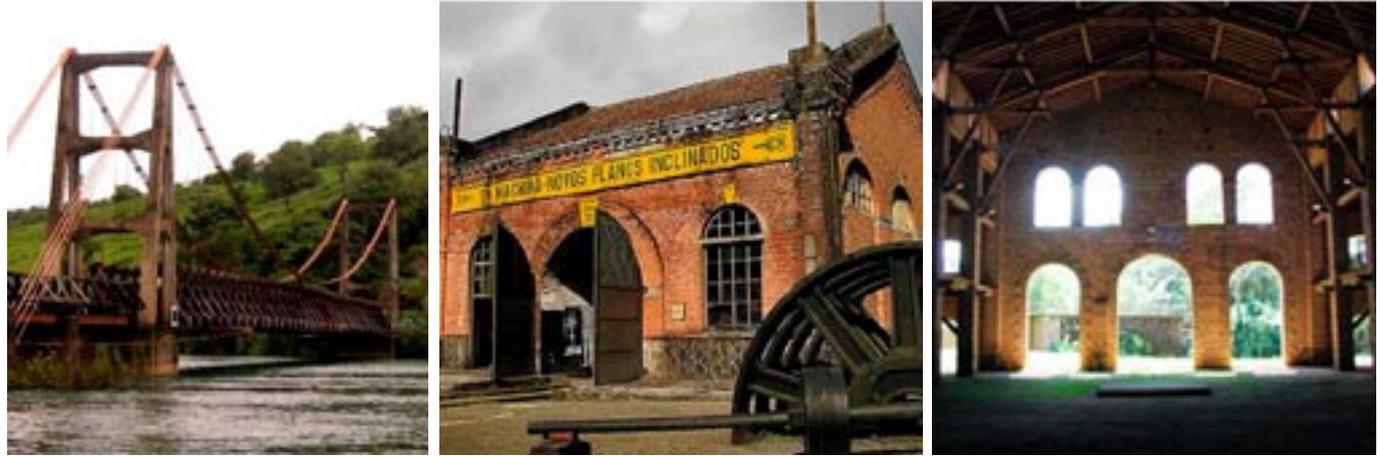
RESUMO: O autor tece considerações sobre a atuação do poder público na proteção do patrimônio industrial no estado de São Paulo. Pretende, assim, colaborar com a reflexão sobre o atual papel de antigas áreas, nas quais se baseou a construção da imagem de São Paulo como um estado industrial por excelência, visando a inseri-las no planejamento das cidades e na construção de memórias.

Palavras-chave: patrimônio industrial, memória, preservação.

ABSTRACT: The author makes remarks about actions taken by public administration towards protecting the industrial heritage in the state of Sao Paulo. Therefore, this study is meant to collaborate with this consideration on the current role of old areas – where the state of Sao Paulo had built its primarily industrial character - aiming to insert such areas to the planning of cities and to the construction of memories.

Keywords: industrial heritage, memory, preservation

* Doutora em História pela Unicamp. Integrou o corpo técnico do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo; atualmente ocupa a chefia da Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, em São Paulo. *E-mail:* marly@mem.com.br.



A despeito da necessária e já consolidada presença e atuação do poder público na proteção do patrimônio cultural, as ações voltadas para a preservação do patrimônio industrial no estado de São Paulo têm sido tímidas.

No conjunto de mais de 300 bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephaat), e de 58 tombamentos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em São Paulo, poucos são relativos ao patrimônio industrial.

Entre os fatores que contribuem para tal situação, está a dinâmica do capital. Ágil, ele atende a uma lógica particular, na qual não se enquadra o tempo, nem sempre curto, dos estudos que baseiam os tombamentos. A situação está relacionada a traços marcantes de nossa cultura, como os que se ligam às ideias de que o novo significa progresso e a conservação é mais cara que a destruição; e às práticas de preservação. Relaciona-se, além disso, ao fato de a divulgação do conceito de *patrimônio industrial* ser ainda recente.

Da prática preservacionista dos órgãos públicos faz parte a dinâmica de *pronto socorro* e do tratamento caso a caso, mas não a antecipação necessária para prevenir destruições. Embora a realização de trabalhos de identificação e inventário esteja entre as atribuições institucionais, e sejam passíveis

Imagem:

1- Ponte Pênsil em Xavantes, tombada no decorrer da década de 1980. Fonte: <http://commondatastorage.googleapis.com/static.panoramico.com/photos/original/3472736.jpg>. Acesso: 28/05/10

2-Estação Paranapiacaba. Fonte: http://www.ops.com.br/noticias/fotos/FT_20090713_092916.jpg. Acesso: 28/05/10.

3- Real Fábrica de Ferro de Ipanema, implantada em 1810 e tombada pelo Iphan em 1964. Fonte: http://www.trilhaseaventuras.com.br/diarioviagem/images/beto_ipanema06.jpg. Acesso: 28/05/2010.

de cumprimento por meio da adoção de procedimentos metodológicos sistemáticos, que sustentem uma política de atuação, eles vêm sendo realizados intermitentemente.

Um outro tempo

A finalidade social da preservação – antes vista como a constituição de um conjunto simbólico de representações da nação, e hoje percebida como a ação de constituir um conjunto representativo da multiplicidade de memórias presentes na sociedade – fez do acesso à cultura e ao passado um direito incluído na Constituição Brasileira de 1988 como um dever do Estado.

Esse deslocamento de finalidades tornou nítidas as disputas simbólicas e materiais em torno do fenômeno social que é a preservação de bens culturais e o politizou como instrumento para criação do lugar de inúmeros segmentos sociais na construção do tempo presente, uma vez que, como explicita Menezes, o patrimônio cultural é o campo de reconhecimento da diferença¹.

Embora se notem sensíveis avanços no sentido de democratizar as ações de preservação do patrimônio cultural – entre os quais, a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial² – restamos superar vários aspectos da prática preservacionista do poder público, que, baseada em conceitos tradicionais de valorização da materialidade dos bens, implica a restrição dos sentidos da herança cultural.

À concepção de *patrimônio histórico-arquitetônico* têm-se vinculado valores de representatividade para a História e para a História da Arquitetura, incluídas as técnicas construtivas, a filiação estética, a ancianidade, a monumentalidade e a excepcionalidade. Hoje, a concepção de *patrimônio cultural* impõe ampliar a consideração para além dos valores cognitivos, em especial, se baseados apenas no conhecimento das tradicionais disciplinas orientadoras da atribuição de valores aos bens materiais, a Arquitetura e a História. Esta, na prática dos órgãos de preservação, comumente é operacionalizada de forma mecânica por meio de uma historiografia superada, constitutiva de uma visão uníssona do passado da nação, da construção de seus grandes vultos, ou da aridez dos ciclos econômicos. Uma história que nada ou pouco fala dos homens, estes sim, os únicos detentores da capacidade de lembrar e de operar memórias.

¹ Menezes, U. B. de. Palestra em 27/9/2007, no CPC-USP, Casa de Dona Yayá.

² Decreto nº 3.551, de 4/8/2000.

A renovação da História como disciplina que objetiva construir o passado problematizando-o vem mostrando que este se recompõe na forma de complexos fragmentos e não pode ser reconstituído na totalidade e na complexidade do momento vivido. Dessa forma, a narrativa do passado foi relativizada, substituindo-se a *verdade* pela diferença e incluindo-se a subjetividade como um elemento constitutivo dos fatos. Permeada pela memória, este poderoso instrumento de autoconstrução, a História hoje fornece elementos imprescindíveis para que os bens culturais, reconhecidos como patrimônio pelo poder público, constituam uma forma materializada e plural de narrativa do passado, que, da mesma forma que a cultura, seja abordada como diferenciadora dos indivíduos e representativa da possibilidade humana de ter percepções e escolhas particularizadas.

Na capacidade humana de escolher residem os valores da sociedade. E é nesta, e não nos objetos em si, que os valores que justificam os tombamentos devem ser buscados. De acordo com Meneses, valor cultural é a capacidade reconhecida de algo atender necessidades humanas mediante a intervenção de significados. As *coisas* materiais, continua o autor, têm apenas propriedades físico-químicas e medeiam as relações humanas como portadoras de valores que lhe são atribuídos no decorrer da vida em sociedade³.

³ Meneses, U. B. de. Palestra em 27/9/2007, no CPC-USP, Casa de Dona Yayá.

Presentes em todos os bens materiais, os valores permeiam as relações cotidianas e, nos bens reconhecidos pelo poder público como patrimônio, podem tornar inteligível a relação entre os homens. Nos bens tombados estão presentes os valores cognitivos, que incluem todas as formas de repasse de saberes e informação; os formais, relacionados à percepção entre a subjetividade e o mundo externo, natural e social, sem que isso implique cânones de beleza; os afetivos, que envolvem a memória e o desenvolver do sentimento de *pertença*, isto é, de vinculação subjetiva do sujeito ao espaço; os éticos e os pragmáticos⁴.

⁴ *Idem*.

Na ampliação, a especificidade

No contexto das transformações, aqui sumariamente delineadas, situa-se a preservação do *patrimônio industrial*, conceito decorrente da própria ampliação da ideia de patrimônio. A discussão sobre a importância e a preservação do patrimônio industrial teve início na Inglaterra, nos anos 1950, quando foi construída a expressão *arqueologia industrial* e ampliado o campo de atuação dos profissionais arqueólogos na preservação. Procurava-se encaminhar soluções para a enorme quantidade de plantas

industriais destruídas durante a Segunda Guerra Mundial. O patrimônio industrial ganharia maior atenção na década de 1960, quando, correspondendo a profundas transformações tecnológicas no sistema de produção, na Europa foram destruídas importantes edificações industriais. Só recentemente ganharia a atenção dos preservacionistas brasileiros.

Em São Paulo, cidade em que os trilhos de suas ferrovias determinaram vetores de crescimento urbano, enquanto as fábricas e habitações operárias foram fatores determinantes do desenho de bairros inteiros, as antigas estruturas relacionadas à expansão do sistema de fábricas são indispensáveis para a manutenção das características espaciais e de memórias. E isso também acontece em inúmeras cidades do interior do estado.

A valorização do patrimônio industrial tem incluído esforços de diversos especialistas; e os resultados têm sido positivos, já que é possível contar com levantamentos, monografias e estudos em diferentes áreas de conhecimento, o que permite compor um quadro referencial da importância dos remanescentes do processo industrial. Desde 2004, com a criação do comitê brasileiro do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), ampliaram-se as possibilidades de discussão científica e de ampla divulgação da Carta de Nizhny Tagil, sobre o tema, de 2003.

Coincidindo com a expansão da ideia de proteção do patrimônio industrial, em 1963, o Iphan tombou as ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos, lugar de fabricação do principal produto de exportação da Colônia, o açúcar, inscrevendo-o no Livro Histórico; cinco anos depois, o mesmo bem foi inscrito no Livro de Belas Artes⁵.

A Carta de Nizhny Tagil, embora observando que o período de maior relevo para os estudos do patrimônio industrial inicia-se na segunda metade do século XVIII, recomenda que não se negligencie o estudo das *raízes pró e protoindustriais* apoiado no *estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia*. O Engenho de São Jorge dos Erasmos, porém, nem sempre é considerado representativo do universo industrial, possivelmente por tratar-se de *ruínas*. Considera-se ação pioneira do Iphan, no campo da preservação do patrimônio industrial, o tombamento, realizado em 1964, da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, implantada em 1810.

Os fatos, ainda que auspiciosos, não inauguraram uma política sistemática de tombamentos de bens industriais em São Paulo. Outros importantes exemplares, como o Conjunto de Edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em Jundiaí, e a Estação de Mairinque, seriam tombados em 2004, exatos

⁵ Processo Iphan nº 0678-T-62. Respectivamente, inscrição 360, vol. I, f. 059 e inscrição 488, vol. I, f. 089.

⁶ Lei nº 11.483, de 31/5/2007.

quarenta anos depois do tombamento da Real Fábrica. Atualmente, em todo o Brasil, o órgão vem se dedicando ao inventário de bens ferroviários pertencentes à extinta Rede Ferroviária Federal⁶.

A proteção do Condephaat ao patrimônio industrial iniciou-se em 1974, quando foram tombadas *ex-officio* as ruínas do Engenho dos Erasmos, e decididos os tombamentos das ruínas do Engenho do Rio Quilombo e da Estação de Bananal. Na mesma década foi tombado o conjunto do Horto e Museu Edmundo Navarro (1977), importante peça de sustentação da estrutura de produção de transporte da Companhia Paulista, uma vez que lá, além do plantio, realizavam-se pesquisas para escolha e adequação de espécies fornecedoras de madeira utilizadas nos dormentes.

No decorrer da década de 1980, outras estações ferroviárias, cerca de dez, foram tombadas. No mesmo período receberam a proteção do poder público estadual, os bens imóveis e móveis da Estrada de Ferro Perus-Pirapora; uma rotunda em Cruzeiro; a Vila de Paranapiacaba, em Santo André; a Ponte Pênsil, em Xavantes; a Ponte Metálica, em São José do Rio Pardo; e as ruínas do Engenho Lagoinha, em Ubatuba.

Na década de 1980 tiveram início os tombamentos de edifícios relacionados à produção propriamente industrial. Os exemplares pioneiros foram a Usina de Corumbataí, em Rio Claro, e o Casarão do Chá, situado em Mogi das Cruzes, no ano de 1982. Seguiram-se os tombamentos dos edifícios da Fábrica de Tecido São Luís, em Itu; da Destilaria Central, em Lençóis Paulista; do KKKK, em Registro. E um conjunto de moradias operárias, a Vila Maria Zélia, da já inexistente fábrica de Jorge Street, no Belenzinho.

Nos anos 1990, foram tombados os edifícios da Manufatura de Tapetes Santa Helena, em Jacareí; das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em Marília; e elementos da estrutura da antiga Fábrica Olivetti, em Guarulhos, hoje um *shopping center* cujo edifício nada revela ao cidadão comum sobre a antiga função. Vale observar a importância da definição do que tomar e do projeto de restauro ou adaptação de edifícios de valor histórico, para o constante processo de (re)significação de bens materiais pela sociedade.

Na presente década, o número de tombamentos incluídos na categoria de patrimônio industrial ampliou-se, com a inclusão de unidades fabris. No interior do estado, em 2007, a Fábrica Santa Adélia e as Indústrias Têxteis São Martinho, em Tatuí; e, em Ribeirão Preto, a Cervejaria Paulista; no ano seguinte, a Swift Armour, em São José do Rio Preto. E, desde 2008, a Fábrica Gessy Lever, em Valinhos, está

aguardando homologação, do mesmo modo que o Moinho Matarazzo, situado em São Paulo. Em 2009, tombaram-se a Casa das Retortas, os Balões da Companhia de Gás e o antigo Moinho Gamba.

Há ainda alguns bens industriais, com processos já informados pelos técnicos, que aguardam a decisão do Conselho, como é o caso da antiga Fábrica de Seda Ítalo-Brasileira, na Rua Joli, no Brás; da unidade da Brasital e a Vila dos Funcionários, em São Roque; dos Galpões da Fábrica Labor, na Mooca; da Estação Ferroviária de Araraquara; da Estação Ferroviária e os Armazéns de Piratininga; e do Complexo Ferroviário de Bauru, cuja importância é inestimável, pois inclui estações e vila de funcionários das Companhias Noroeste, Sorocabana e Paulista, e oficinas da Noroeste.

Outros aguardam o desenvolvimento ou a conclusão de estudos, como usinas de força e de açúcar; fornos de cal; fábricas, estações e oficinas ferroviárias, para material rodante e demais categorias de bens móveis de ferrovias.

Ensaando um balanço

Os dados apresentados, apenas indicativos, mostram que o reconhecimento do poder público quanto a bens representativos do processo de industrialização do estado de São Paulo vem crescendo e que há variedade de representações tombadas, o que é positivo. Como, porém, os órgãos de proteção ao patrimônio não se antecipam à crescente destruição e à obsolescência programada das estruturas fabris, quando estas começam a ser estudadas, já estão esvaziadas de maquinário, o que tende a resultar na valorização das características externas das edificações, em detrimento de aspectos funcionais dos espaços internos, onde se organizava a produção, sujeitos a constantes modificações, nem sempre documentadas, resultantes da adoção de máquinas e métodos produtivos adequados às novas tecnologias.

Consideradas as indicações da Carta de Nizhny Tagil, observa-se que as fábricas tombadas não guardam as informações necessárias à recuperação de conhecimentos técnicos, da organização dos trabalhos, entre outros. O tombamento acaba, assim, orientado pelo edifício, sem que tampouco se considere o entorno, cuja construção, muitas vezes, relaciona-se à presença da planta fabril.

Do mesmo modo que os antigos tombamentos, os de bens industriais têm sido pontuais e baseados nas qualidades arquitetônicas das edificações. Os tombamentos não levam em conta a relação entre

a unidade fabril e a constituição de paisagens locais; e, por serem pontuais e fundamentados apenas nas qualidades formais de cada unidade, não possibilitam a constituição de uma representação que sintetize materialmente o processo histórico de construção do território e das relações sociais, fator essencial para fornecer ao cidadão uma forma de perceber o passado como um tempo integrante de sua vida.

As justificativas de tombamento – mesmo que analisadas apenas as de uma pequena parte dos bens tombados pelo Condephaat – oferecem algumas importantes pistas a respeito dos valores atribuídos aos bens protegidos. Os argumentos não têm considerado valores, como os do trabalho ou os dos conhecimentos técnicos, que, concernentes às sociedades industriais, estão em rápido processo de transformação na atualidade. Realçá-los como valores contidos nas representações materiais da modernização urbano-industrial no estado de São Paulo os afirmaria como um traço cultural.

Atentando, porém, para os resquícios escravistas presentes em nossa sociedade, indago se seria de esperar a valorização do trabalho organizado em moldes capitalistas como um fato cultural, em torno do qual se geram formas diferenciadas de experiência, percepção e representação do mundo e se seria possível esperar a valorização dos espaços fabris como lugares em que, além das relações de trabalho, desenvolvem-se práticas de sociabilidade, de solidariedade e de confronto, todas integrantes da cultura dos trabalhadores.

Os critérios dos tombamentos já efetuados foram, em geral, baseados em antigos valores. Raramente consideraram as unidades fabris ou as vilas operárias em seu papel estruturador dos espaços urbanos. A ideia de estruturação destes espaços aparece mais frequentemente relacionada à ferrovia; entende-se que esta determinou a localização das plantas industriais, mas pouco se observa o que daí decorre, uma relação específica entre a localização da fábrica e o desenho de bairros ou cidades fabris. E, muito menos, a relação destes imensos volumes, ou dos modestos volumes das casas operárias, na composição da paisagem urbana, quer esta se relacione ou não ao traçado ferroviário.

Diante disso, e até certo ponto, justifica-se a preservação de “cascas” de indústrias, espaços significativos, ainda que esvaziados da possibilidade de reconstituição dos processos de produção e de organização do trabalho, uma vez que tais sítios permitem a conservação de paisagens locais portadoras de elementos constitutivos de ambientes urbano-fabris, ambientes de cidades e antigos bairros operários. Nesse sentido, é indispensável a manutenção dos ritmos das envasaduras das fachadas, da implantação

no limite do lote, das paredes de tijolo aparente, de todas as características das edificações, mas que precisam ser avaliadas como parte da composição de ambiências urbanas particulares.

No caso específico das ferrovias, o tombamento de estações, cujo papel só pode ser compreendido no contexto amplo que sustenta funcional e tecnologicamente o sistema ferroviário, composto de itens como armazéns, oficinas, residências, instalações mecânicas, revela nitidamente a tendência de consolidação da imagem nostálgica do passado e do tratamento unitário de partes, ainda preponderante sobre o tratamento dos sistemas industriais.

As estações ferroviárias, por exemplo, estão relacionadas a chegadas e partidas, a separações e encontros, sem dúvida, fatores relevantes na composição de memórias individuais e coletivas, mas pouco esclarecedores da importância econômica e tecnológica do sistema ferroviário. Tal imagem explica o número de solicitações de estudos de tombamento referentes a estações; este número supera amplamente o de outros equipamentos, como armazéns, oficinas, caixas d'água, moradias, pontes, passagens de nível, túneis e outras obras de engenharia. E não pode sequer ser comparado ao número ínfimo de solicitações de tombamento de conjuntos e complexos ferroviários, nos quais a técnica poderia ser amplamente observada e compreendida.

A tendência da sociedade em reduzir a complexidade das estradas de ferro à nostálgica estação ferroviária está, também, presente nas avaliações técnicas dos órgãos de preservação, que, muitas vezes, resistem à ampliação do tombamento para representações da complexidade do sistema ferroviário ainda presentes no mesmo ambiente.

Considerados menos nobres, os locais de trabalho são lugares de desenvolvimento de identidades profissionais, que, concomitantemente, guardam memórias difíceis, como as de cerceamento de vontades, em função da disciplina e eficiência da produção, de assédios morais e de tempo roubado ao lazer, à criatividade, enfim, à *liberdade de se estar solto no mundo*.

Nesse ponto, eles são esclarecedores da estruturação do sistema de relações sociais, o que talvez torne indesejável a preservação dos testemunhos materiais da organização do trabalho. Processo iniciado na década de 1950, a obsolescência das plantas fabris paulistas parece ter alcançado um ponto culminante de rapidez, no qual o sucateamento de maquinário e equipamentos conduz à perda dos valores essenciais da fábrica, ou, ao menos, à sua redução, e, com eles, reduzindo a memória dos processos sociais à materialidade das edificações fabris, que, assim, tendem a tornar-se *fêtiças*.

Romper o processo de esvaziamento de sentido do patrimônio industrial requer esforços efetivos da sociedade e, em especial, dos órgãos de preservação, de modo que não se percam registros da vida de milhares de homens e mulheres; não se desfaçam paisagens nucleares da identidade de bairros e cidades; não se esboroem valores e conhecimentos socialmente acumulados. E, sobretudo, para que se sustente a formação de uma autoimagem positiva, em grande parte da população do estado, valorizando a memória do trabalho, mais especificamente do trabalho manual, sobretudo o considerado desprovido de arte, pelo caráter repetitivo imposto pela produção em série.

Referências bibliográficas

CARTA DE NIZHNY TAGIL *Sobre o patrimônio industrial*, em português. Disponível em <<http://www.patrimoniointerativo.org.br>>. Acessado em 6/10/2008.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

DE DECCA, E. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FONTES, P. *Mapeando o patrimônio industrial em São Paulo*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br>>. Acessado em 6/10/2008.

KAMIDE, E. H. M.; PEREIRA, T. C. R. E. (Coord.). *Patrimônio cultural paulista*. Condephaat, bens tombados 1968-1998. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

KÜHL, B. M. *Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br>>. Acessado em 6/10/2008.

_____. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. São Paulo: Ateliê, 2009.

LEMO, C. A. C.; MORI, V. H.; D'ALAMBERT, C. C. *Iphan, patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9.SR Iphan, 2008.

MELLO E SILVA, L. *Patrimônio industrial: passado e presente*. Disponível em <<<http://www.revista.iphan.gov.br>>>. Acessado em 6/10/2008.

RUFINONI, M. R. *A preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo*. O bairro da Mooca. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.